

14 de Dezembro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 239
Director-Geral
Evaristo Mulaza



EM CAUSA 350 MILHÕES USD RECLAMADOS PELA PT

Conflito na Unitel à espera de mais uma decisão do Tribunal Arbitral

CONFLITO. Depois de a PT Ventures ganhar o direito de ver os activos da Vidatel geridos por um administrador judicial, por decisão do Tribunal Supremo das Ilhas Virgens Britânicas, a nova batalha entre os accionistas da Unitel terá como palco o Tribunal Arbitral Chamber of Commerce (CCI). Será esta instância a decidir se a PT Ventures tem, de facto, direito aos 350 milhões de dólares que exige de compensação, por ter ficado vários anos sem representantes na administração da Unitel. Pág. 9



SOCIEDADE MINEIRA DE TCHEJI, NA LUNDA-NORTE

Carlos Sumbula acusado de colocar accionistas em projecto mineiro a custo zero

Págs. 8 e 9



ALERTA DE JURISTAS

Erros em nacionalizações e confiscos colocam em risco activos recuperados

Págs. 4 e 5

EM OUTUBRO

BPC não comprou divisas a clientes

Pág. 11

VALORES DISPARAM

BNA define novas regras na movimentação de kwanzas no sistema de pagamentos

Pág. 11

Editorial

A SOMBRA DA DÍVIDA

Um dos argumentos da Casa-CE para chumbar o Orçamento Geral do Estado de 2021 colocou, outra vez, o Governo em contradição quanto ao tema da transparência da dívida pública. A coligação liderada por André Mendes de Carvalho, entre outras, justificou o voto contra com a hipótese de o Governo se ver obrigado a pagar dívida por serviços não prestados. A ministra das Finanças apressou-se a 'corrigir' que toda a dívida pública contraída e paga pelo Governo é lícita e resulta de serviços efectivamente fornecidos. Vera Daves referiu-se particularmente à dívida financeira, a que pesa de forma mais significativa no Orçamento, declarando que não existem quaisquer desconfiças em relação à mesma.

Ocorre que quem elevou a farsa da desconfiança generalizada em relação à transparência da

dívida foi o chefe de Vera Daves. Foi em Junho de 2019 que João Lourenço disse, em pleno congresso do MPLA, que a dívida pública serviu também para financiar o enriquecimento de um grupo restrito, seleccionado na base do "parentesco, amiguismo e do compadrio". O presidente do MPLA não fez tamanha afirmação por vaidade ou por mera fixação contra o grupo selecto a que ele se referia. Baseou-se seguramente em informação que lhe foi fornecida pelos serviços especializados que o apoiam e que se presume ser verdadeira.

Em termos políticos, os argumentos da Casa-CE não poderiam ter, portanto, base mais sólida de sustentação. Por graça de João Lourenço, desde Junho de 2019, cada dólar que se paga de capital ou de juro aos credores encerra a suspeita fundada de que terá servido também para o enriquecimento ilícito.

O tema da transparência da dívida pública deve ser lido e

interpretado, portanto, desta forma mais exigente e completa. Não se trata apenas de perceber se os empréstimos entraram em Angola ou se os serviços contratados foram realmente prestados. É uma questão também de se aferir se o Estado foi o único beneficiário legítimo desses empréstimos ou desses serviços. Pelas palavras do mais alto magistrado do Estado, já se sabe que não. E, precisamente por isso, até prova em contrário, ninguém pode assegurar categoricamente a licitude da dívida pública. Nem mesmo um auxiliar relevante de João Lourenço como a ministra das Finanças. A menos que Vera Daves tenha provas desconhecidas do grande público que desmentem as afirmações do presidente do MPLA.

Dito isto, recordamos uma exigência que se tornou recorrente na praça pública: até que se faça uma auditoria externa credível, a dívida pública ficará por longos anos ensombrada pela mácula da batota.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS...



CARLOS VICENTE,
porta-voz da TAAG

Há denúncias a darem conta que a Taag está a exceder a lotação nos voos...

Neste momento, está a decorrer um inquérito interno para apurar o que terá acontecido. Só depois disso iremos abordar com mais pormenores essa situação e passar mais informações.

Quando deve terminar o inquérito?

Está a decorrer. São várias áreas intervenientes e, tão logo termine, vamos debruçar-nos sobre isso.

Não confirma, nem descarta a possibilidade?

Não confirmo. Quando a Taag retomou as operações nesse novo normal, a companhia foi alertando os passageiros para terem atenção às medidas de biossegurança. Agora, quanto à lotação a que se refere dentro do avião, não há nenhuma companhia aérea que esteja a fazer distanciamento físico. Mas não significa que a Taag esteja a exceder. Não podemos falar em exceder. A Taag é uma empresa que cumpre rigorosamente todos os padrões internacionais.

08

TERÇA-FEIRA

A comissão instaladora do PRA JA Servir Angola anuncia que “não vai acatar” o novo chumbo do Tribunal Constitucional, que rejeitou, em definitivo, a sua legalização, considerando que a recente decisão daquela instância “é política”.

09

QUARTA-FEIRA

O BNA altera os limites para levantamentos de dinheiro, pagamentos e transferências nas caixas automáticas, regras que irão entrar em vigor a partir de 09 de Janeiro.

10

QUINTA-FEIRA

O BNA recomenda que sejam usadas alternativas aos balcões dos bancos e às caixas automáticas (ATM), onde se têm verificado longas filas nos últimos dias, sem avançar as causas que justificam o sucedido.



11

SEXTA-FEIRA

O Ministério da Indústria e Comércio adverte que será implacável contra a especulação de preços de produtos essenciais, na fase da quadra festiva.



12

SÁBADO

Angola deverá fixar, em 2021, o nível da produção de petróleo em 1,2 milhões de barris por dia, uma redução de 261 mil barris diários, indica a OPEP numa tabela de ajustes da instituição.



13

DOMINGO

O ministro da Indústria e Comércio, Victor Fernandes, assegura que existe ‘stock’ de bens alimentares no mercado nacional para a quadra festiva.



SEGUNDA-FEIRA

A empresária Isabel dos Santos, que detém 25% da operadora de telecomunicações angolana Unitel, através da Vidatel, perde o controlo desta empresa, segundo uma decisão do Tribunal Supremo das Ilhas Virgens Britânicas tornada pública pela PT Venture.

COTAÇÃO



PETRÓLEO SEGUE ANIMADO...

O petróleo começou a semana no verde, motivado pelo início da vacinação contra a covid-19 nos Estados Unidos. O Brent, referência às exportações angolanas, registou, nas entregas de Fevereiro, ganhos de 0,32%, para 50,13 dólares. Já o WTI teve ganhos de 0,58%, nas entregas de Janeiro, ao negociar nos 46,84 dólares.



OURO, PRATA E COBRE EM QUEDA...

Em sentido contrário, esteve o sector mineiro. Começou a semana em baixa. O ouro caiu 0,66%, nas entregas para Fevereiro, para 1.831,35 dólares por onça troy. A prata caiu 0,33% com as entregas para Março a 24,012 dólares por onça troy. Já o cobre negociou as entregas de Março em 3,5253 dólares por libra-peso, perdas de 0,08%.

Economia/política



ALERTA DE VÁRIOS JURISTAS

Erros em nacionalizações e confiscos colocam activos recuperados em risco

JUSTIÇA. Estado já passou para a sua esfera activos acima dos 3 mil milhões de dólares através de confiscos e nacionalizações. Especialistas alertam para vários “atropelos” e antecipam a hipótese de o Estado ressarcir visados.

Por Redacção

O Governo tem estado a cometer “erros que podem custar caro no futuro”, ao passar para a esfera do Estado bens apreendidos, alegadamente construídos

com fundos públicos, sem esperar pela decisão dos tribunais.

O alerta é de juristas consultados pelo VALOR, como é o caso de Albano Pedro, para quem o Estado “dificilmente escapará” da necessidade de indemnizar algumas pessoas. “Estas recuperações estão a ser todas mal feitas e vão dar lugar a processos que serão todos ganhos pelos indivíduos que foram

expropriados”, avisa o jurista. “O que me parece é que não está a haver nada que esteja a ser definido do ponto de vista judicial para que o Estado fique com os bens”, insiste Albano Pedro, observando que quem faz a justiça é o tribunal e não a PGR que está “a apreender definitivamente”. “Quando se apreende um bem, temos que considerar a situação provisória até que o caso transite em julgado. Não se pode admitir que o caso que afinal ainda não foi julgado já dê direito de o Estado dizer que o bem é do Estado”, argumenta.

O também jurista Bruno Dessidi tem a mesma percepção e considera “precipitada” a decisão de entregar ao Estado os bens sem que seja o tribunal a decidir. “É precipitada se tivermos que olhar para um processo transparente e isento. Denota um julgamento antecipado. E aí concordo que, se a decisão amanhã alterar e a acção principal der razão ao privado, o Estado pode ter custos elevados.”

O conjunto de processos que precipitam os alertas de juristas envolve bens avaliados acima dos 3 mil milhões de dólares, com destaque para o conglomerado de activos, avaliado em quase mil milhões de dólares, pertencente à CIF e que foi entregue por Manuel Vicente, Hélder Vieira Dias ‘Kopelipa’ e Leopoldino do Nascimento. Constatam ainda os 40% que a Cochan de Leopoldino do Nascimento detinha na Biocom, cujo investimento foi de 750 milhões de dólares, assim como as três unidades têxteis (Satec, Alassola e a Nova Textang II) que passaram para o Estado por alegada privatização ilegal e cuja revitalização terá custado cerca de mil milhões de dólares.

As empresas do Grupo Media Nova, assim como da Global Media (Tv Zimbo, Radio Mais, Jornal O’País e Revista Exame), a Tv Palanca e a Radio Global integram também os activos reclamados e recuperados pelo Estado.

ENTRE A MÁFIA...

Albano Pedro alerta mesmo para a possibilidade de estar-se em presença de uma “máfia” no sentido de se salvaguardar interesses das pessoas que estão a ver os seus bens confiscados pelo Estado. “Pode haver uma brecha

O GRUPO PARLAMENTAR da UNITA diz que votou contra a aprovação do Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2021 por não apresentar de modo claro, uma estratégia de política económica para a promoção do crescimento real do Produto Interno Bruto, no sector não petrolífero.

para uma espécie de máfia. Eu sei que os juristas que estão por detrás disso sabem que, se houver uma má transferência, haverá indemnização. E as transferências estão a ser mal feitas. Qual é a intenção? É que os proprietários amanhã tenham a possibilidade de pedir indemnizações para que depois recuperem os dinheiros que perderam, inclusive os lucros? Porque isso é possível”, cogita.

O jurista alerta ainda que, no âmbito do processo de recuperação de activos, o Estado está a ficar também com participações de pessoas de boa-fé que têm participações em alguns dos activos que estão a ser confiscados.

... E A MÁ GESTÃO

Por outro lado, Bruno Dissidi chama atenção para a necessidade de o Estado ser “rigoroso” na gestão dos bens, sob pena de ter também custos elevados no futuro, devido à deterioração do valor dos activos. Defende, por isso, a indicação como fiel depositário as mesmas pessoas que vinham gerindo os bens no sentido de se “mitigar o custo que o Estado teria em caso de a decisão vir a dar razão ao privado”.

NACIONALIZAÇÃO DO HOTEL “FOI UM ERRO”

Juristas consideram também “errada” a decisão do Governo de nacionalizar a empresa detentora do Hotel Intercontinental e alertam para a possibilidade de o Estado, no futuro, ser obrigado a indemnizar ou perder o activo devido ao “erro de forma”.

A nacionalização aconteceu em Outubro, no âmbito do processo de recuperação de activos alegadamente construídos com fundos públicos. Em decreto presidencial, João Lourenço determinou a nacionalização de 60% das participações sociais da sociedade comercial Miramar Empreendimentos, SA, justificando que “foi construída uma unidade hoteleira financiada com recursos integralmente públicos, através da Sonangol-EP” e que a “unidade hoteleira se encontra na esfera patrimonial da sociedade Miramar Empreendimentos, SA”.

Albano Pedro entende que “está errada” a decisão de nacionalizar por decreto presidencial, já que a nacionalização tem que

ser “por uma lei formal”, que saia da Assembleia nacional. “Completamente errada”, enfatiza Pedro, insistindo que a nacionalização só pode ocorrer com uma lei da Assembleia Nacional. Sublinhando que, ao contrário do confisco, a nacionalização é abstracta, o jurista alerta que, no caso concreto, não se pode dizer que houve nacionalização. “É como se o bem ainda pertencesse ao indivíduo e o que está a ocorrer, neste momento, é uma titularidade ou posse indevida exercida pelo Estado, é inconstitucional”, remata.

“Não deve produzir qualquer efeito por haver aí vício de forma”, concorda, por sua vez, Bruno Dessidi que não descarta a possibilidade de, no futuro, os privados impugnarem a decisão. “Esta é a nossa análise, mas quem detém o poder? Não devia produzir efeito, mas está a produzir”, critica, admitindo, por outro lado, o confisco como a melhor opção.

Outro jurista Domingos Kitanda concorda que as nacionalizações poderão representar “problemas no futuro, se não for provado que as empresas foram constituídas com fundos públicos”. Comparando com Portugal e Brasil, “países com a mesma moldura jurídica que Angola”, Kitanda entende que o processo de nacionalização devia ser determinado pelo tribunal. “A nacionalização é um processo político administrativo que prevê direito à indemnização ao antigo proprietário”, conceitua, observando que “o Governo está a fazer as coisas de forma atabalhoada”.

Maria Luísa Abrantes, através das redes sociais, foi a pri-

76

Ano da entrada em vigor da Lei das Nacionalizações e Confiscos, especialistas defendem revisão

3

Mil milhões, valor mínimo estimado do imatrimónio que passou para a esfera do Estado sem decisão do tribunal

MEMORIZE

- **Aprovada em 76**, a Lei das Nacionalizações e Confiscos foi pensada devido a situação herdada do colonialismo e não sava-guarda muitas das questões actuais por isso especialistas defendem a sua revisão, sobretudo para acolher desafios impostos pelo combate contra a corrupção.

meira a criticar a nacionalização das participações da sociedade comercial Miramar Empreendimentos no Hotel Intercontinental, tendo salientado que o Presidente da República não tem poderes para nacionalizar, mas antes a Assembleia Nacional. “Ao nacionalizar, o PR compromete-se a indemnizar (pagar/comprar ao preço de mercado o hotel)”, alertava.

A jurista lembrava ainda que só devem ser nacionalizados bens estratégicos, uma das premissas da Lei da Delimitação das Actividades Económicas. “O sector da hotelaria, sobretudo nesta fase, é estratégico?”, questionava.

O QUE DIZ A LEI

Aprovada em Março de 1976, a Lei das Nacionalizações e confisco de empresas e outros bens foi pensada devido à “situação caótica, herdada do colonialismo e agravada pela guerra imperialista, que criou a necessidade de regular imediatamente as condições de nacionalização de algumas empresas e dos bens abandonados ou pertencentes a traidores”.

“O Conselho da Revolução poderá, em caso de especial interesse para a economia nacional e sob proposta do Conselho de Ministros, determinar a nacionalização da totalidade ou de parte dos bens das empresas, nacionais ou estrangeiras, que venham a ser considerados importantes para a economia de resistência”, estabelece o diploma.

A lei, cuja necessidade de actualização é apontada por especialistas como urgente, fixa ainda que “o Conselho da Revolução poderá ainda, sob

proposta do Conselho de Ministros, determinar a nacionalização da totalidade ou de partes dos bens das empresas em que se tenha verificado uma intervenção do Estado nos termos do Decreto-Lei n.º 128/75, de 7 de Outubro, quando considere que a sua permanência no sector privado é contrária ao interesse nacional”.

O artigo 2 da Lei aborda o caso de empresas constituídas “com débito para com o Estado”, que é a situação de muitas empresas confiscadas e ou arrestadas que terão sido erguidas com financiamentos da Sonangol ou de outras empresas públicas, no quadro da Lei do Fomento Empresarial Privado de 2003.

A Lei de 1976 define que “o Conselho da Revolução poderá, sob proposta do Conselho de Ministros, determinar a nacionalização da totalidade ou de parte dos bens das empresas que tenham sido objecto de apoio financeiro por parte de instituições de crédito do Estado e que não tenham aplicado esses financiamentos em operações de interesse para a respectiva empresa e para a economia nacional”.

Estabelece ainda que se pode “determinar a transformação compulsiva dos créditos” em capital social da empresa devedora. “A resolução do Conselho de Ministros a que se refere o número anterior implica a alteração imediata do pacto social de empresa em causa e é título bastante para o registo dessa alteração na Conservatória do Registo Comercial.”

A Lei, entretanto, determina a indemnização no caso das nacionalizações, esclarecendo que “as condições de indemnização dos titulares dos direitos relativos a bens nacionalizados serão estabelecidas por negociações entre o Estado e os interessados”.

No caso de “Confisco por Sabotagem Económica”, a Lei determina que “o Conselho da Revolução poderá, sob proposta do Conselho de Ministros, determinar o confisco das empresas ou dos bens dos cidadãos nacionais ou estrangeiros que pratiquem, nas unidades económicas em que exercem funções de administradores, directores, gerentes, delegados do Governo ou membros de Comissões de gestão” vários actos considerados crimes pela referida Lei.



Economia/política



NO PROCESSO DAS PRIVATIZAÇÕES DAS FÁBRICAS DA ZEE

Sindicato acusa IGAPE e Sonangol de violarem lei do trabalho

EMPREGO. Sindicalistas queixam-se da ausência de informação sobre pagamentos das indemnizações e acusam o Estado de ter ignorado o emprego, na venda das empresas. Manifestações são o último recurso para serem ouvidos, avisam.

Por Isabel Dinis

Os trabalhadores das fábricas subsidiárias da Sonangol acusam a petrolífera e o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igape) de violarem a Lei Geral do Trabalho, no processo das privatizações.

Os mais de mil trabalhadores argumentam que a Sonangol

Investimentos Industriais (Siind), subsidiária da petrolífera e fiel depositária dos salários, está a violar as suas obrigações, ao não informar sobre os prazos de pagamento das indemnizações, apesar de emitir avisos prévios de rescisão de contratos.

Em declarações ao VALOR, Adão Correia, secretário-geral do sindicato dos trabalhadores, considera que o Estado “devia salvaguardar o direito ao emprego”, antes de vender as unidades industriais em concurso público. E não descarta a hipótese de alguma “corrupção” na venda das fábricas,

Mil

Quantidade de trabalhadores abrangidos pela processo de privatização

cas, antecipando mais desemprego com este “processo todo”.

Além da violação da Lei Geral do Trabalho, os trabalhadores reivindicam indemnizações “justas” e indexadas ao câmbio do dia, de acordo com uma norma que vigora na petrolífera. Os pagamentos de salário dos trabalhadores da Siind eram feitos em dólares ou indexados ao câmbio do dia, mas esta norma foi descontinuada. Adão Correia explica que houve uma tentativa da Siind de pagar o valor ao câmbio de 16 mil kwanzas, quando actualmente o valor já ronda os 70 mil kwanzas.

Para tentarem resolver o problema, os funcionários endereçaram uma carta à Presidência da República, ao Igape e à própria petrolífera, mas nunca obtiveram respostas. No último sábado, 12, resolveram manifestar-se à porta da petrolífera, declarando-se “agastados”. E novas saídas à rua estão programadas, caso o “problema” não seja resolvido. “Vamos continuar a lutar até que sejamos ouvidos”, garante o sindicalista.

Na manifestação, os trabalhadores não deixaram de reclamar por causa das férias colectivas a que foram submetidos. Decisão que encaram com “estranheza”, pela natureza do trabalho desenvolvido na indústria. “Estas férias são para não se pagar o salário de Dezembro com os subsídios. As férias foram decretadas este mês e, em alguns casos, até informalmente. Em algumas fábricas, foi afixado um documento e noutras foi apenas verbalmente”, explica Adão Correia.

PETRÓLEO

Angola ‘compensa’ excesso de produção

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) estima, para o primeiro trimestre de 2021, um aumento na procura global petrolífera de menos de 500 mil barris por dia, o que representa uma redução considerável, face a os 1,5 milhões de barris previstos inicialmente.

A previsão consta do relatório mensal da organização que dá conta ainda de que, em Novembro, Angola produziu cerca de 1,18 mbpd, uma redução de cerca de 6 mil bpd comparativamente a produção de Outubro.

A referida produção está abaixo da quota de produção a que Angola tem direito à luz do acordo da Opep+. No período que vai de Julho a Dezembro, a quota é de 1.249 bpd. No entanto, o país está obrigado a compensar a produção acima da quota dos primeiros meses do acordo que entrou em vigor em Abril deste ano.



MUITOS ANOS
A CELEBRAR
CONSIGO

2020 foi um ano de muitos desafios mas,
juntos, sempre juntos, mostrámos a nossa
força e vamos celebrar mais um Natal com os
nossos Clientes!

**O Banco BIC e o BIC Seguros,
desejam-lhe Festas Felizes!**



BIC Seguros
Seguramente juntos

www.bicseguros.ao | www.bancobic.ao



BancoBIC
Crescemos Juntos

Mercados & Negócios

EXPLORAÇÃO DE DIAMANTES

Ex-PCA da Endiama acusado de introduzir empresas a custo zero em projecto mineiro

MINAS. Membros do Consórcio Mineiro de Tcheji colocam Carlos Sumbula no centro de “atropelos” e “imposições” que desencadearam “contradições” no projecto mineiro. Presidência da República recebeu as denúncias em 2018, mas ainda não reagiu.

Por Júlio Gomes

Perto de 80 associados do Consórcio Mineiro de Tcheji (CMT) acusam o ex-PCA da Endiama de ter introduzido empresas, a custo zero, na Sociedade Mineira de Tcheji (SMT), entre as quais as Organizações BK, do empresário Bento Kangamba.

A Sociedade Mineira de Tcheji foi criada em 1996 para a exploração de diamantes no projecto mineiro de Tcheji, na Lunda-Norte, numa área de 800 hectares. O objectivo, segundo constava, passava por ajudar a superar “o atraso económico” do Leste do país.

Seis anos depois (em 2004) seria firmado o primeiro acordo de partilha, integrando quatro parceiros (Endiama E.P., com 25,5%; CMT, 25%; Somia, 9,5% e a Amic Company, com 40%), que vigoraria até 2013, “ano do

início das contradições”. A partir desse ano, a estrutura da sociedade alterou, com a saída de alguns accionistas e a entrada de outros, “por determinação de Carlos Sumbula, então PCA da Endiama”.

Em termos concretos, segundo as fontes do VALOR, o ajuste imposto por Sumbula não só provocou alterações na estrutura societária como levou à queda “abrupta” da participação do CMT na sociedade de 25 para 16%, ao passo que outros intervenientes “chamados à pressa”, como a Ysakama, as Organizações BK, a Hipergest (associada ao MPLA) e a Escom Mining (do extinto Grupo Besa), ficaram com 2%, 7%, 6% e 40%, respectivamente.

O CMT contestou, entretanto, na altura, as decisões do PCA da Endiama, mas, explicam as fontes, Sumbula justificou então a introdução de novos accionistas, com a necessidade de captação de investimentos para o projecto, o que, no entendimento dos accionistas do CMT, se tratava de uma “antecipada certidão de incapacidade ao investidor Escom Mining” com o qual haviam

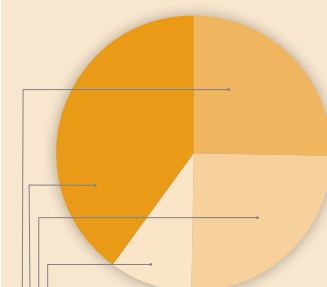


rubricado o acordo de produção. Um acordo que viria a ser “desfeito, sorrateiramente, porque a Endiama entendeu que tinha de ser ela a tratar com a Escom Mining”.

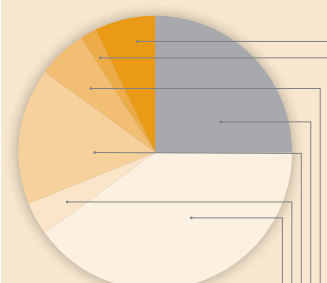
Em Abril do mesmo ano, foi convocada, entretanto, a assembleia-geral da sociedade, na qual seria anunciado o arranque da mina. “Mas, nessa reunião, ao invés de orientar o investidor em

O que alterou com os novos accionistas

Estrutura accionista antes



Estrutura accionista depois



apuros, por não cumprir com as suas obrigações contratuais, Sumbula exigiu que o consórcio voltasse a ceder quotas a custo zero para beneficiar, mais uma vez, as Organizações BK”, denunciam.

O GRUPO MEDIA NOVA vai manter-se sob a alçada da comissão de gestão nomeada pelo Governo até Abril de 2021, segundo um despacho do ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, Manuel Homem.

Desta vez, a imposição de Sumbula voltaria a ser “categóricamente rejeitada” pelos accionistas do CMT, tendo estes decidido recorrer “a outras instâncias”, para manifestarem o “descontentamento”, uma vez que, aquando da constituição do consórcio, cada um pagou ao Estado uma jóia de 50 mil dólares. “Mesmo dentro deste ambiente de incertezas, a Endiama foi criando comissões para dirimir alguns impasses até à inauguração da mina, em 2015, pelo actual vice-Presidente da República, Bornito de Sousa. Mas, de lá para cá, a gestão é posta em causa pelos sócios impedidos de participar na ‘repartição do bolo’”, explicam as fontes.

OUTROS PONTOS DE RUPTURA

Além da introdução de empresas a custo zero, os accionistas do consórcio apontam “a subtração compulsiva de quotas para beneficiar empresas estranhas à sociedade” como outro ponto “de grande discórdia”.

As fontes criticam ainda “atropelos” como a realização de determinadas reuniões sem a produção de actas, além da entrega à Sodiam, para avaliação e posterior venda, de diamantes produzidos na mina, “sem a devida informação às empresas associadas”.

Por terem sido excluídos da participação na direcção-geral da SMT, os membros do CMT dizem-se também “agastados” e mencionam a “movimentação de pessoal de direcção e chefia sem a observância dos estatutos”.

Os cerca de 80 participantes do consórcio apontam ainda “injustiças” por terem feito investimentos iniciais documentados, como o pagamento do frete de 14 voos de equipamentos a partir da África do Sul, avaliados em 540 mil dólares. Segundo relatam, o equipamento, avaliado em 14 milhões de dólares, chegou à Lunda-Norte na sequência de um acordo que o consórcio havia firmado com a Amic Company, um financiador israelita, que seria também afastado, para, em seu lugar, a Endiama acomodar os sul-africanos da BhpBilliton. Em face dessa troca, recordam, “fizemos muita confusão, mas não fomos nem achados”. “Hoje não temos nem um tostão, contraímos dívidas, que não consegui-

mos honrar”, indicaram as fontes que vimos citando, lamentando a morte “por AVC de uns e por enforcamento de outros accionistas, na sua maioria antigos quadros do MPLA, governantes, sobas, incluindo a máxima autoridade tradicional dos cokwe”.

“Quando o Presidente João Lourenço esteve de visita à Lunda-Norte, o rei não foi recebido, mas devia fazê-lo, para ouvir as inquietações dos cerca de 100 trabalhadores e da população que se sente muito injustiçada com o nepotismo e o amiguismo e, sobretudo, a gestão danosa da empresa”, observam as mesmas fontes, que dizem ter levado “todas as irregularidades” ao conhecimento do chefe do gabinete do Presidente da República, Edeltrudes Costa. E, posteriormente, ao próprio chefe do Executivo, sem que, entretanto, tivessem obtido quaisquer respostas desde 2018.

Contactado pelo VALOR, Carlos Sumbula limitou-se a afirmar que já não se encontra ligado ao processo. “Já não estou lá”, respondeu, sem adicionar qualquer esclarecimento, antes de solicitar o envio do questionário do VALOR ao qual não respondeu desde o dia 8 de Dezembro.

Um executivo da actual gestão referiu, entretanto, que houve um concurso público internacional que permitiu a entrada de novos accionistas. “É tudo muito estranho. Numa altura em que decorrem as assembleias de sócios, é ali onde os que reclamam deviam expor as inquietações”, comentou o gestor.

No entanto, os sócios do CMT não ‘desarmam’ e insistem que nunca foram notificados, tendo tomado conhecimento do concurso por vias oficiosas. “Estamos a tomar conhecimento por vias não oficiais da realização do concurso”, detalham, deixando, de seguida, vários questionamentos. “Com que finalidade, se eles próprios (Endiama) são os gestores? Porque não nos deixam gerir a mina? Há orientações de acabar com o privado no sector de diamantes? Porque querem terminar com o CMT, se esta empresa nunca teve a sorte de dirigir o seu próprio destino?”

Os sócios do CMT não concordam com a ideia de que os angolanos são incapazes de gerir e denunciam “uma longa perseguição” para afastá-los do negócio.



ACCIONISTAS DEFENDEM QUE A EMPRESA PERDEU DIREITO EM 2019

Tribunal Arbitral analisa se PT Ventures deve

Por César Silveira

O direito ou não de a PT Ventures receber os 350 milhões de dólares como indemnização por perda de direito de nomeação de representantes na administração, conforme decisão do Tribunal Arbitral Chamber of Commerce (CCI), está no centro de mais um processo arbitral entre os accionistas da companhia da telefonia, segundo apurou o VALOR.

A Vidatel e a Geni entendem que a PT Ventures perdeu o direito de receber a referida compensação, ao nomear em 2019 três administradores, visto que a contrapartida foi determinada, em finais de 2018, considerando a perda, em 2006, deste direito de nomear.

“A compensação era para a perda total e permanente do direito de nomear três administradores. No entanto, a PT Ventures, em 2019, já nomeou três administradores, por isso já não pode receber esta compensação, seria receber uma compensação por algo que já recuperou. Por isso, há um processo

arbitral a correr no CCI”, detalha fonte familiar ao processo.

Na altura, os outros três accionistas vetaram este direito à PT Ventures por esta empresa ter passado para o controlo da brasileira Oi, o que foi interpretado como uma violação ao acordo parassocial.

Os 350 milhões de dólares são, de resto, o único valor que a PT Ventures tem por receber, na sequência da decisão de Fevereiro de 2019 do CCI que determinou que a PT Ventures, agora sob controlo da Sonangol, recebesse cerca de 600 milhões dos 3 mil milhões de dólares que exigia dos outros accionistas.

Na ocasião, o ICC ordenou que os accionistas Vidatel, Mercury (Sonangol) e Geni, em conjunto e de forma solidária, pagassem 330 milhões de euros por compensação à PT Ventures por perda de direito, além de um outro pagamento no valor de 314 milhões de euros por compensação do dividendo em falta. O valor da compensação, entretanto, já terá sido pago pela Unitel.

Os 330 milhões de euros, porém, estão na base da recente decisão do Tribunal Supremo das Ilhas Virgens Britânicas (BVI) para onde a PT Ventures fez recurso da decisão do ICC. Considerando o arresto

preventivo das acções da Vidatel pelo Tribunal de Luanda, a BVI, entendendo que a empresa de Isabel dos Santos teria dificuldades em pagar a sua quota-parte dos 330 milhões de euros, decidiu pela nomeação de um administrador judicial que fica com o controlo preventivo da participação e, sequencialmente, com a responsabilidade de cobrar os direitos e pagar os deveres da Vidatel.

Apesar de confirmar os valores determinados pelo ICC, a BVI determinou que se deve aguardar pela decisão final do tribunal superior, no caso o Tribunal de La Cassation de Paris (segunda instância), havendo ainda a possibilidade de um terceiro recurso caso as partes não cheguem a acordo. “É um processo que ainda deve demorar muito tempo”, explica a fonte do VALOR.

A Sonangol, entretanto, é detentora da PT Ventures desde Janeiro deste ano, transformando-se na detentora dos direitos dos 350 milhões de dólares em causa. Neste sentido, a petrolífera passou a defender posições contrárias a que defendia até antes da referida aquisição, postura justificada com a necessidade de criar condições que permitam alcançar um consenso entre os accionistas.

Mercados & Negócios



ATRASOS NOS DESEMBOLSOS DO PRODESI

Fábrica de chapas impedida de entrar em operação há 6 anos

Por Guilherme Francisco

A

morosidade do financiamento de 5 milhões de dólares, no âmbito do extinto programa Angola Investe, convertido em

Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi), frustrou as expectativas do empresário Waldemar Julião de construir, em dois anos, a fábrica de chapas e outros assessorios de construção civil no pólo industrial de Lucala, Kwanza-Norte.

Com a conclusão inicialmente prevista para 2016, o projecto encontra-se inacabado, face à “tamanho burocracia” que o tornou quase duas vezes mais caro.

Waldemar Julião explica que houve anos em que não recebeu qualquer valor sem, no entanto, ter recebido qualquer justificação e, nas ocasiões em que recebia, “não dava para fazer aquilo que estava planificado”, devido à subida do preço dos materiais influenciados pela inflação e pelas dificuldades no acesso às divisas. O empresário foi assim obrigado a ‘sacrificar’ os 70 mil dólares destinados ao apetrechamento do escritório, residências

MEMORIZE

● **Numa primeira fase**, a fábrica prevê produzir diariamente 2.800 chapas com estimativa de exportar pelo menos 50% da produção para países como a República Democrática do Congo e Botsuana.

e posto médico, para a compra de materiais no exterior.

A mudança do Angola Investe para o Prodesi surgiu em jeito de esperança, entretanto, acabou transformada numa miragem. “Esperávamos que a mudança do nome trouxesse uma nova dinâmica no que diz respeito ao despacho dos processos, mas eu acho que só piorou”, observa, notando que, somente este mês, seis anos depois, recebeu a última tranche do financiamento no valor de 300 milhões de kwanzas. “Totalizou 1,6 mil milhões de kwanzas, com enormes perdas. Se fizer ao câmbio actual, não chega 3 milhões de dólares, o que não serve. A verdade é que este dinheiro não faz o projecto no seu todo”, lamenta.

Lembrando o recurso aos outros sócios que injectaram 4 milhões de dólares, para salvar o projecto, o empresário confere que a fábrica acabou por ficar orçada em 9 milhões de dólares, quase duas vezes mais

do que o investimento inicialmente calculado. “Se fossem cumpridas as etapas”, refere Waldemar Julião, “precisaria apenas de pouco menos 1.6 milhões de dólares dos sócios”.

“A burocracia está a atrasar a economia. Está a falar-se da diversificação mas, com estas burocracias, é impossível. A banca, para aprovar um projecto, leva muito tempo; o Fundo de Garantia, para dar as garantias, é necessário que o empresário tenha verbas. Se já estás a pedir empréstimo, como é possível?”, questiona, acrescentando que “os direitos de superfície são outra dor de cabeça”.

A esta dificuldade junta-se a falta de infra-estruturamento do pólo industrial de Lucala, o que obrigou a empresa a instalar energia eléctrica e água por sua conta e risco.

Waldemar Julião projecta agora o início das operações para entre Março e Abril de 2021, já que as máquinas, com garantia da fabricante vencida há dois anos, se encontram paralisadas, correndo o risco de estragar.

Numa primeira fase, a fábrica, a segunda na província, prevê produzir diariamente 2.800 chapas, com os olhos postos na exportação de pelo menos 50% da produção, tendo já potenciais clientes na RDC e em Botsuana. O empreendimento poderá gerar 50 postos de emprego directos, metade do perspectivado, e 300 indirectos.

EMPRESA ABRIU ‘GUERRA’ JUDICIAL NOS EUA

Aenergy acusa Governo de contratar serviços ao dobro do preço sem concurso público

A

Aenergy (AE), que moveu um processo contra o Estado angolano nos Esta-

dos Unidos, acusa o Governo de ter celebrado vários contratos, no sector da energia e da construção civil, acima de 1.450 milhões de dólares com duas empresas, sem concurso público e com preços ao dobro dos praticados por si.

“Foram adjudicados contratos a determinadas empresas na ordem de 500 milhões de euros, sem concurso público e a preços por Mw cerca do dobro dos que foram contratualizados com a Aenergy em 2016-2017”, detalha a empresa, referindo-se à contratação da portuguesa MCA, que beneficiou de um contrato de instalação de painéis e centrais fotovoltaicos para gerar 370 megawatts sem concurso. O projecto ficou orçado em 523 milhões de euros e os gestores da MCA descrevem-no como “o maior programa público e de intervenção em energias renováveis na África Subsariana”. Já no

sector da construção, prossegue a Aenergy, existem empresas que celebraram com o Governo contratos acima de mil milhões de dólares, sem qualquer concurso.

Em nota enviada à TPA, a empresa que viu os contratos rescindidos unilateralmente pelas autoridades angolanas, sublinha que a adjudicação directa ou “contratação simplificada” tem sido o modelo preferencial, seguido desde 2017. “O Governo não utiliza o procedimento de concurso público”, insiste, observando o recurso das autoridades justamente ao argumento da falta de concurso público para a rescisão unilateral do contrato que tinha com a empresa.

A Aenergy lembra também o facto de a TPA ter exibido uma peça com desinformação sobre a empresa na semana subsequente à apresentação, na justiça norte-americana, de documentos comprovativos em como os equipamentos que se encontram “ilegalmente arrestados e depositados à guarda do Igape foram transportados sem autorização legal das instalações da Prodel-EP no Camama para o Lubango”.



A COMPANHIA AÉREA ASIÁTICA Qatar Airways começa a operar a partir desta segunda-feira, 14, a rota Doha (Qatar) / Luanda/Doha. De acordo com nota da companhia, nesta fase vai operar com um voo semanal, à segunda-feira.



DURANTE O MÊS DE OUTUBRO

BPC não adquiriu recursos a clientes

BANCA. Maior banco comercial público respondeu, por correio electrónico, ao VALOR, sobre a compra de divisas a clientes. Instituição garante, por outro lado, ter condições para fornecer moeda externa a clientes, desde que estes cumpram exigências legais.

Por Redacção

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) revelou que não adquiriu recursos a clientes, apesar de as empresas dos sectores petrolífero e diamantífero estarem credenciadas para negociações de divisas junto dos bancos comerciais.

Em resposta a uma solicitação do VALOR sobre a compra de divisas a clientes, a instituição avança apenas ter participado dos leilões de divisas do Banco Nacional de Angola (BNA), dos quais adquiriu, em Outubro, cerca de 4,26% da oferta total, perfazendo mais de 1,34% comparativamente a Setembro de 2020 e 2,83% face

a Agosto do mesmo ano.

O BPC, no entanto, garante que está em condições de atender à solicitação de clientes no que concerne à venda de divisas, desde que estejam salvaguardadas todas as questões previstas na Lei Cambial vigente, com particular realce nos requisitos referentes à documentação necessária, exigências de compliance, disponibilidade de recursos em moeda nacional por parte do ordenador para a cobertura da operação, face à oscilação da taxa de câmbio, bem como disponibilidade de divisas pelo banco em contas domiciliadas junto dos correspondentes, quer sejam adquiridas a clientes dos sectores petrolífero e diamantífero, quer junto do Tesouro Nacional e/ou do BNA.

O maior banco comercial público faz um balanço “positivo” da actividade cambial no presente ano,

na medida em que foi executada a larga maioria das operações solicitadas pelos clientes, apesar de parte ter sido executada com um esforço adicional por parte do banco em virtude de ter estado sem actuar no mercado cambial, particularmente em Abril, Maio e Julho.

De momento, avança o BPC, não há registos de volumes consideráveis de operações pendentes de liquidação, sendo as existentes decorrentes maioritariamente de situações não imputáveis ao banco, como, por exemplo, as variações diárias da taxa de câmbio, que acabam por originar insuficiência de recursos nas contas dos clientes ordenadores, levando a que as mesmas deixem de concorrer no mapa de necessidades diariamente reportado ao BNA e, por conseguinte, a impossibilidade de aquisição de recursos cambiais para a sua execução.

PAGAMENTOS E TRANSFERÊNCIAS

BNA altera limites de levantamentos em ATM

Segundo o instrutivo que altera os limites de valor em operações realizadas nos sistemas de pagamentos, publicado no site do BNA, o limite máximo diário de levantamento e de transferência de dinheiro nas caixas automáticas e Terminais de Pagamentos Automáticos (TPA) passa de 50 para 60 mil kwanzas.

O valor máximo diário de pagamentos no multicaixa (caixa automática) por cartão é fixado em 19.999.999,99 kwanzas, excepto nas operações de pagamento para o Ministério das Finanças e para o Instituto Nacional de Segurança Social que poderão ir até aos 99.999.999,99 kwanzas.

O valor máximo diário para transferências iniciadas por cartão é fixado em cinco milhões

de kwanzas, enquanto o valor máximo diário de compras em Terminais de Pagamento Automático (TPA) passa a ser de seis milhões de kwanzas.

O valor máximo por operação nas transferências realizadas no Sistema de Transferência a Crédito (STC) é fixado em 19.999.999,99 kwanzas estando isentas deste limites as operações relativas ao Ministério das Finanças, nomeadamente o pagamento de salários da função pública e o pagamento do Estado aos seus fornecedores e as operações do Instituto Nacional de Segurança Social, designadamente, pagamentos a fornecedores e pagamentos referentes às prestações sociais.

Quanto ao valor máximo para emissão de um cheque normalizado é fixado em 9.999.999,99 kwanzas, não sendo aceites cheques emitidos com montantes superiores ao limite estabelecido.



José de Lima Massano, governador do BNA

DE JURE



ACUSADO POR PECULATO E BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

Interrogatório de Manuel Rabelais prossegue hoje

JULGAMENTO. Na primeira sessão, Manuel Rabelais justificou as razões que o levaram a solicitar ao BNA a adesão ao processo de compra e venda de divisas. Antigo gestor está indiciado também pelos crimes de peculato e branqueamento de capitais.

Está agendado para esta segunda-feira, no Tribunal Supremo, o interrogatório ao antigo director do extinto Gabinete de Revitalização e Comunicação Institucional e Administração (Grecima), Manuel Rabelais.

O também antigo ministro da Comunicação Social, que está indiciado dos crimes de peculato de forma continuada, branqueamento de capitais e violação das normas de execução orçamental, supostamente cometidos entre 2016 e 2017, está a ser ouvido desde a passada quinta-feira, 10.

Na primeira sessão de julgamento, Manuel Rabelais justificou as razões que o levaram a solicitar ao Banco Nacional de Angola (BNA) a adesão ao processo de compra e venda de divisas.

MEMORIZE

● **Estão arrolados** pelo tribunal, para a busca material da prova, 14 declarantes entre eles o antigo governador do Banco Nacional de Angola, Valter Filipe, arguido no Caso 500 milhões.

Por exemplo, explicou que, devido à grave crise económica e financeira do país, derivada da baixa do preço do petróleo e ausência de dotações do Orçamento Geral do Estado (OGE) e porque o BNA exigia o contravalor em kwanzas para a aquisição de divisas, optou por contactar empresas idóneas para o efeito. Essas empresas eram seleccionadas pelo co-réu Hilário Gaspar Santos, à época dos factos, assistente administrativo do extinto Grecima.

Segundo Rabelais, a escolha do

co-réu Hilário dos Santos deveu-se “à confiança” existente entre ambos, oriunda de quando funcionavam na Rádio Nacional de Angola (RNA), bem como das boas relações que o mesmo mantinha com o presidente do Conselho de Administração do Banco de Comércio e Indústria (BCI), instituição bancária para onde era canalizada a maioria dos montantes em divisas.

O antigo gestor referiu ter sido ele o único assinante das contas do Grecima nos bancos BCI, BAI, BIC, BPC e Sol, por este órgão, na época dos factos, não ter nos seus quadros nenhum funcionário efectivo. E realçou que o Grecima era um órgão dependente do ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a quem prestava contas.

Estão arrolados pelo tribunal, para a busca material da prova, 14 declarantes e três pela defesa.

CRIMES CONTRA A HUMANIDADE

Exército e jihadistas em tribunal

A procuradora do Tribunal Penal Internacional (TPI), Fatou Bensouda, acredita que “há uma base razoável para acreditar” que o exército federal da Nigéria e jihadistas cometeram crimes que devem ser julgados tribunal de Haia, nos Países Baixos.

Entre os crimes alegadamente cometidos pelo grupo ‘jiha-

dista’, estão homicídios, violações, escravatura sexual, gravidez e casamentos forçados, tortura, tomada de reféns e ataques intencionais a civis, apontou o TPI, citado pela agência noticiosa Efe.

A procuradoria pediu autorização a uma câmara de pré-julgamento para a abertura desta investigação, devendo ser anun-

ciada, em breve, se esta recebe a aprovação necessária.

A decisão põe um ponto final no exame preliminar aberto contra a Nigéria em 2010, que foi prolongado por 10 anos, uma vez que o gabinete da procuradora deu “prioridade (...) a apoiar as autoridades nigerianas na investigação

e acusação destes crimes a nível nacional”, segundo Bensouda.

A procuradora reconheceu “alguns esforços feitos pelas autoridades judiciais” nigerianas para levar membros do Boko Haram à Justiça, mas assinalou que a maioria dos suspeitos “são combatentes de baixo nível” na hierarquia da organização ‘jihadista’.





Contra o conselho de todos, Alakija levou o governo nigeriano a tribunal

FOLORUNSHO ALAKIJA

Da moda ao petróleo e ao 84.º lugar mais influente do mundo

FORTUNAS. Empresária nigeriana conta mais de mil milhões de dólares. Começou como secretária, investiu numa empresa de moda que a tornou numa celebridade e lhe deu contactos preciosos. Daí investiu no petróleo.

Folorunsho Alakija, hoje com 69 anos, é a 20.ª pessoa mais rica de África e segunda mulher mais rica atrás de Isabel dos Santos (que, entretanto, já perdeu terreno). Começou a carreira nos anos 1970 como secretária no Banco Internacional Merchant, onde trabalhou durante 12 anos. Aí subiu até ser responsável da Corporate Affairs e gestora do departamento do Tesouro Financeiro da instituição. No entanto, Folorunsho Alakija sentia que o famoso 'tecto de vidro' (que barra promoções a mulheres a lugares de topo um pouco por todo o mundo) a impedia de subir muito mais e abandonou a instituição para criar a própria marca, depois de estudar moda no Reino Unido.

Lançou a SupremeStitches em 1985 e tornou a marca numa refe-

rência internacional com clientes Premium, que incluíam a primeira-dama nigeriana e amigas na indústria petrolífera internacional. Depois, investiu na impressão e expandiu o negócio de 30 para mais de 100 funcionários rapidamente.

Com um olho para o negócio e uma resiliência que se tornou a chave para a fortuna, insistiu com o Ministério dos Petróleos do maior produtor de petróleo de África durante mais de três anos para prestar serviços, desde 'catering' à consultoria e tudo foi recusado até que o próprio ministro sugeriu que tentasse obter uma licença de exploração de petróleo porque o governo estava a tentar colocar a exploração nas mãos de nacionais. Alakija, que tinha visto recusada também uma licença para transporte de petróleo, julgou que o ministro, que a recebera a custo e por pressão da amiga e cliente primeira-dama, estaria a fazer pouco do seu tempo, no entanto, decidiu

submeter um pedido de concessão depois de estudar o negócio e as possibilidades de parcerias.

Saiu o ministro, o governo, entrou outro e depois outro enquanto a sua aplicação para licença andava em análise. Quando finalmente, muitos contactos mais tarde, saiu a aprovação foi para "o bloco que ninguém queria", contou a empresária numa entrevista à CNN, offshore a mais de cinco mil pés de profundidade, para o qual ninguém tinha tecnologia na altura para explorar e cujo investimento era o mais elevado.

A primeira batalha estava ganha, mas a guerra estaria só a começar. Para manter a licença da petrolífera FamfaOil, Folorunsho Alakija foi investindo as poupanças e munindo-se de parceiros conseguidos através das amizades firmadas também no mundo da moda ao longo de anos de trabalho. Mais tarde, abriram-se portas, como a da americana Texaco que, depois, mudou o nome para

DEDICADA A VIÚVAS E ÓRFÃOS

Nascida em 1951, em Lagos, o pai é muçulmano com oito mulheres e 52 filhos com a mãe negociante em têxteis, Folorunsho Alakija aprendeu cedo a ser tenaz e a ter gosto pelos negócios. "Ajudávamos a minha mãe na loja e foi aí que aprendi sobre os têxteis", antes de ir estudar para a Inglaterra. Religiosa, Alakija atribui o sucesso a um pacto com Deus que a levou a trocar o nome da marca e a fundar a fundação Rose Sharon dedicada a viúvas e órfãos.

Chevron e que tomou 40% do bloco, depois a brasileira Petrobras, especialista em offshore em profundidade. Passaram-se 15 anos até que o bloco se tornasse rentável, trazendo uma batalha judicial com o governo que depois de se dar conta da dimensão da descoberta (mais de 250 mil barris/dia) no que pensava ser um bloco improvável, decidiu tomar 40% do share do bloco, e depois mais 10% com o argumento de que se mantivesse o bloco a empresária ganharia 10 milhões de USD dia sem benefício para o país. Alakija, contra todos os conselhos fez frente à pretensão e levou o governo nigeriano a tribunal porque "assumiu o risco e investiu as poupanças e não ia perder os benefícios do investimento porque o governo havia mudado de ideias depois". Doze anos mais tarde, ganhou a acção e, em 2014, entrou para a lista das 100 mulheres mais poderosas do mundo no 96.º lugar.

(In)formalizando

PARCERIA KINDA HOME COM FUNDAÇÃO CUERAMA

Móveis e decoração ajudam microempreendedoras



Mário Mijetes © VE

ARTESANATO. Em um mês, mais de 300 cestas artesanais foram vendidas. Fundação Cueraama quer alargar a parceria com outras entidades.

Por Guilherme Francisco

O Kinda Home está a auxiliar a Fundação Cueraama a vender artigos mobiliários e de decoração produzidos por pequenas empreendedoras da Quibala, Kwanza-Sul. A pandemia deixou as empreendedoras afectas à fundação sem

qualquer cliente, em consequência da queda significativa de turistas e outras restrições.

Numa primeira fase, foram disponibilizadas 300 cestas artesanais distribuídas nas três lojas de Luanda. Em um mês, explica Leopoldo Malheiro, gestor do Kinda Home, as vendas alcançaram níveis bastante satisfatórios, rondam quase um milhão de kwanzas. Fruto da adesão, mais 276 cestas artesanais serão recebidas nos próximos dias para abastecer as três lojas.

A venda dos produtos, refere Leopoldo Malheiro, faz parte da responsabilidade social da empresa. Inicialmente, estava projectada para ajudar a associação na fase de festas de Natal, entretanto, o êxito contribuiu para o prosseguimento do acto nas restantes fases do próximo ano com vista “a fomentar o trabalho”. Além da Cueraama, pretende firmar parceria com outras asso-

MEMORIZE

● **Criada em 1968**, a Fundação Cueraama tem trabalhado para potenciar o ‘Saber Fazer’ local, criando as estruturas básicas de modo a estimular os direitos humanos, o desenvolvimento integral e a qualidade de vida dos habitantes e das comunidades em situação de pobreza extrema.

3

Número de lojas da rede Kinda Home a vender artigos de pequenos empreendedores da Quibala

ciações e instituições dedicadas ao desenvolvimento comunitário. “É uma experiência que tem um mês, que nos deu satisfação, provavelmente iremos mais longe com outras associações ou instituições”, augura.

FUNDAÇÃO CONSTRÓI MICROINDÚSTRIA

De forma a garantir a sobrevivência de muitas famílias carenciadas, a Fundação Cueraama ergueu na aldeia com o mesmo nome, no Kwanza-Sul, uma microindústria, onde dezenas de mulheres confeccionam desde cestos e outros tipos de produtos em melhores condições de trabalho. Segundo Isabel Vieira Cruz, responsável pela organização filantrópica, a intenção é incentivar a produção em grandes quantidades para vender em diversos pontos comerciais da capital, inicialmente. Bem como fazer com que “as mães que lutam para

dar uma vida melhor aos filhos” não parem de empreender, apesar desta fase difícil.

A responsável da Fundação acredita que o “maior desafio é ajudar os pequenos empreendedores da comunidade a conseguirem caminhar autonomamente”. Apesar da dificuldade, já vê que alguns frutos começam a surgir como, por exemplo, o de uma mulher que conseguiu construir uma casa melhor para os filhos graças aos lucros com o pequeno negócio.

Criada em 1968, a Fundação Cueraama tem trabalhado para potenciar o ‘Saber Fazer’ local, criando as estruturas básicas de modo a estimular os direitos humanos, o desenvolvimento integral e a qualidade de vida dos habitantes e das comunidades em situação de pobreza extrema, através da promoção da Educação, Saúde e mecanismos de geração de rendimentos e empreendedorismo em todas as fases da vida.

**FAZ DIFERENTE.
CONTINUA
A ACREDITAR.**



www.unitel.ao

 **UNITEL**

Opiniões

Todas as segundas-feiras
Angola tem mais...



Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 35, Alvalade, Luanda - Angola

Literacia Financeira – importante complemento para a estabilidade e desenvolvimento económico e social



Ana Bungo,
Consultora EY,
Consulting
Financial
Services



Leonor Peleja,
Manager EY,
Business
Consulting
Services



(19.ª posição) em relação aos 21 países relatados no estudo do Banco Mundial, sendo que os jovens apresentam um índice de literacia abaixo da média, o que reforça a necessidade de actuar na vertente educativa.

Tendo em conta esta preocupação, as autoridades de supervisão financeira angolanas têm vindo a efectuar esforços, elaborando iniciativas de divulgação de informação e formação financeira, incluindo o fortalecimento do Programa Nacional de Educação Financeira, que integra não só a educação financeira nas escolas, onde as crianças e jovens adquirem a capacidade de elaborar e gerir o orçamento familiar, mas também a divulgação de mensagens através de estações públicas de rádio e televisão, portais de informação e redes sociais, de forma a alcançar uma parte significativa da população e incrementar o índice de Literacia e Capacidade Financeira da população.

Incrementar o Índice de Literacia e Capacidade Financeira é contribuir para uma maior aproximação entre os cidadãos e o sistema financeiro formal. Este é o desafio primordial para o futuro e que apela à atenção dos decisores nacionais para moldar um futuro inclusivo a nível económico e social.

Se recuarmos até 2008, há evidências que indicam que a falta de conhecimento e competências financeiras contribuíram para a crise financeira mundial da época. Esta crise, revelou que a promoção da literacia financeira é um importante complemento à regulação e supervisão do sistema financeiro. Desde então, a temática referente à capacidade de ler, interpretar, gerir e comunicar sobre a condição financeira pessoal, e a forma como esta afecta o seu bem-estar tem sido amplamente discutido em fóruns internacionais, inclusive no 3.º Encontro sobre Inclusão e

Formação Financeira dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, realizado em 2017, onde os bancos centrais lusófonos celebraram com a Aliança para a Inclusão Financeira um protocolo para a promoção da inclusão e da formação financeira, reforçando a mensagem de que cidadãos mais informados conhecem os seus direitos e deveres tendendo a ser clientes mais exigentes.

Não obstante a relevância do tema, os resultados do Inquérito sobre a Capacidade e Inclusão Financeira da população angolana, divulgados no passado Outubro, indicam que, em média, o nível de percepção de conceitos financeiros básicos pelos adultos angolanos é baixo

Macroeconomistas de todas as áreas concordam plenamente que os gastos com infra-estruturas produtivas são bem-vindos após uma recessão profunda. No entanto, os gastos com infra-estruturas estão a diminuir de maneira intermitente há décadas.

O desafio com gastos em infra-estruturas



Kenneth Rogoff, Professor de Economia e Políticas Públicas na Universidade de Harvard, ex-economista chefe de FMI

Notícias encorajadoras sobre tratamentos anti-virais mais eficazes e promissoras vacinas alimentam um cauteloso optimismo de que, pelo menos, os países ricos podem controlar a pandemia covid-19 até ao final de 2021. Por enquanto, porém, uma segunda e brutal onda espalha-se pelo mundo e um auxílio amplo e robusto continua a ser essencial. Os governos deveriam permitir que a dívida pública aumente ainda mais para mitigar a catástrofe, mesmo que haja custos de longo prazo. Mas de onde poderá vir um novo crescimento, que continua morno nas economias avançadas antes da pandemia?

Macroeconomistas de todas as áreas concordam plenamente que os gastos com infra-estruturas produtivas são bem-vindos após uma recessão profunda. Há muito que compartilho desta visão, pelo menos para projectos verdadeiramente produtivos. No entanto, os gastos com infra-estruturas nas economias avançadas estão a diminuir de maneira intermitente há décadas (a China, num estágio muito diferente de desenvolvimento, é outra história). Os EUA, por exemplo, gastaram apenas 2,3% do PIB (441 mil milhões de dólares) em infra-estruturas de transporte e saneamento em 2017, uma parcela menor do que em qualquer outra altura desde meados da década de 1950.

Talvez essa relutância em assumir o investimento em infra-estruturas esteja prestes a desaparecer. O presidente eleito dos



EUA, Joe Biden, prometeu torná-la uma prioridade, com forte ênfase na sustentabilidade e no combate às mudanças climáticas. O pacote de estímulo proposto pela União Europeia (UE) de 1.8 bilião de euros – que compreende o novo orçamento de 1.15 bilião de euros de sete anos e o fundo de recuperação da próxima geração de 750 mil milhões – tem um importante componente de infra-estruturas, beneficiando particularmente os estados-membros do sul, economicamente mais fracos. O ministro do Tesouro do Reino Unido, Rishi Sunak, estabeleceu uma ambiciosa iniciativa de construção de infra-estruturas de 100 mil milhões de libras (133 mil milhões de dólares), incluindo o estabelecimento de um novo banco nacional para infra-estruturas.

Dada a decadente infra-estruturas de muitos países e os custos recordes de empréstimos, a ideia parece ser muito promissora. Mas, após a crise financeira de 2008, os macroeconomistas também consideraram o argumento dos gastos com infra-estruturas como particularmente atraente. A experiência aconselha a cautelas sobre assumir um impulso significativo para o crescimento de longo prazo. Há muito que os microeconomistas, os que analisam custos e benefícios das infra-

-estruturas projecto a projecto, são mais cautelosos.

Por um lado, como observou o falecido economista e ex-governador da Reserva Federal dos EUA, Edward Gramlich, há um quarto de século, a maioria dos países desenvolvidos já construiu as infra-estruturas de alto retorno, desde estradas inter-estaduais e pontes a sistemas de saneamento. Embora esse argumento não seja totalmente convincente, parece haver um vasto potencial não realizado para melhorar a rede eléctrica, oferecer acesso universal à internet, descarbonizar a economia e trazer a educação para o século 21. Os macroeconomistas não deveriam ser tão rápidos em descartar tudo isso.

O argumento de Gramlich tem fortes paralelos com a tese de Robert J. Gordon de que a explosão de novas e produtivas ideias que gerou um crescimento maciço nos séculos 19 e 20 está a perder força desde os anos 1970. Alguns importantes macroeconomistas, incluindo a especialista em finanças públicas Valerie Ramey, defendem que está longe de ser óbvio que os EUA tenham um nível de capital público abaixo do ideal.

Na verdade, a Sociedade Americana de Engenheiros Cívicos, em 2017, concedeu à infra-estru-

tura dos EUA uma nota geral D + (notas que vão de D a A, sendo o A nota máxima). Mas, na medida em que essa avaliação desfavorável reflecte a realidade, provavelmente decorre mais do subinvestimento em manutenção e reparo – especialmente de pontes – do que de uma falha na construção, por exemplo, de uma ligação ferroviária de alta velocidade entre Los Angeles e São Francisco. Na verdade, os especialistas em finanças públicas concordam plenamente que, nas economias avançadas, a manutenção e reparo oferecem o maior retorno do investimento em infra-estruturas (está longe de ser o caso nas economias dos mercados emergentes, onde uma crescente classe média dedica uma parte substancial de sua receita ao transporte.)

Mesmo além da viabilidade tecnológica e o desejo de realizar, talvez o maior obstáculo para melhorar as infra-estruturas nas economias avançadas é que qualquer novo projecto normalmente exige navegar por questões difíceis como direito de passagem, preocupações ambientais e objecções de cidadãos apreensivos que representam uma variedade de interesses.

O projecto da rodovia Big Dig em Boston, Massachusetts, foi um dos projectos de infra-

-estruturas mais caros da história dos EUA. O esquema foi originalmente projectado para custar 2.6 mil milhões de dólares, mas a conta final ultrapassou os 15 mil milhões, segundo algumas estimativas, ao longo dos 16 anos de construção. Isso foi também o resultado da corrupção e do poder de vários grupos de interesse. A polícia exigiu pagamentos substanciais por horas extras, os bairros afectados exigiram isolamento acústico e pagamentos colaterais e a pressão para criar empregos levou ao excesso de pessoal.

A construção do metro da Segunda Avenida em Nova Iorque foi uma experiência semelhante, embora numa escala um pouco menor. Na Alemanha, o novo aeroporto Berlin-Brandenburg foi inaugurado recentemente com nove anos de atraso e com um custo três vezes maior que o inicialmente previsto.

Todos esses projectos ainda podem ter valor, mas o padrão elevado de custos que apresentam deve moderar a visão de que qualquer projecto de infra-estruturas precisa de ser vencedor numa era de taxas muito baixas. Além disso, um investimento mal planeado em infra-estruturas pode criar custos de longo prazo, desde danos ambientais a excessivos requisitos de manutenção.

O caso para aumentar os gastos com infra-estruturas num ambiente de taxas de juros baixas ainda é convincente, mas uma considerável experiência tecnocrática será necessária para ajudar a comparar projectos e fornecer avaliações realistas de custos. A criação de um banco nacional de infra-estruturas ao estilo do Reino Unido (uma ideia que o ex-presidente dos EUA Barack Obama havia proposto) é uma abordagem sensata. Sem isso, a recente explosão de entusiasmo com as infra-estruturas provavelmente será uma oportunidade perdida.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Na semana que passou, a liberdade de expressão em Angola foi premiada. Um dos prémios foi a ausência de rebuçados e chocolates aos manifestantes, que, diga-se de passagem, já é um excelente prémio e, sobretudo, um passo importante no reconhecimento de que a liberdade de expressão pela manifestação é um direito que cabe ao Governo e à polícia respeitar e fazer respeitar.

A única coisa a lamentar é ter sido necessário a vida de um jovem perdida às mãos da polícia e a respectiva condenação da comunidade internacional para que esse direito de manifestação de facto passasse à prática. E esperemos que tenha passado à prática definitivamente. De resto, as reacções de preocupação quanto à integridade da estátua do Fundador da Nação são de tal ordem contrastantes com o silêncio quanto à morte do jovem Inocêncio Matos, que se ridicularizam quanto mais alto gritam.

O outro prémio, este vindo de fora, para a liberdade de expressão em Angola foi para o cartoonista Sérgio Piçarra, que, com os seus cartoons brilhantes, mordazes e inteligentes, contribuiu e passo a citar “de modo excepcional para a promoção dos direitos humanos e do estado de direito”. Mais do que merecido, este prémio é uma mensagem clara para a nossa classe dirigente e para a que quer dirigir no futuro: a promoção dos direitos humanos é essencial e prioritária. Aprendam com as mensagens dos personagens dos cartoons de Piçarra, que já se tornaram instituições, aprendam as prioridades que o pequeno futuro e a Esperança representam, com



a repulsa causada pelo personagem do Bajulino, com o ridículo governativo que, tantas vezes, se torna caricaturável.

O último cartoon que vi descrevia a dança da família dos deputados que aprovaram um bónus de natal para si mesmos, uma notícia do Novo Jornal que motivou a condenação da opinião pública. E o que vimos em resposta foi um espectáculo triste.

Os deputados remeteram-se ao silêncio em vez de se virem explicar. Alguns diziam não saber do bónus, outros explicaram que os valores do bónus de Natal não são iguais para todos, outros explicaram que o bónus já existia e que foi apenas regulado agora. Vimos deputados do partido do poder fazerem o costume, dizerem que a notícia era falsa e com isso a ridicularizarem-se, mas pergunto-me com todas as explicações para validar e justificar o dito bónus, se os deputados sentem que estão a representar o povo nesse recebimento? E agora pergunto eu, nesta altura, um bónus de Natal para os nossos representantes representam-nos? Representa a maioria dos angolanos? Nesta altura em que o número de pessoas a procurar no lixo o que comer, em que as empresas que resistem (e com excepção das beneficiadas pelo Governo)

andam todas a penar, sem saber como vão sobreviver, num ano em que muitas tiveram de despedir trabalhadores, muitas têm salários em atraso e nem sonham com subsídios, é nesta altura que os representantes do povo sentem que representam esse povo com o recebimento de bónus de Natal?

Sem populismos de quaisquer ordens, até porque se percebe quando os deputados vêm explicar que não têm recebido para as despesas e que também eles têm atrasos que prejudicam mesmo a actividade. Mas a aprovação de um bónus pressupõe uma convergência na atribuição de uma benesse quando a maioria esmagadora só perdeu benesses nos últimos anos, sendo que este, com a covid, piorou substancialmente.

É uma convergência que só pode decepcionar um eleitorado pobre e miserável, sem emprego, sem perspectiva de Natal algum, e que é a maioria.

A convergência no sentido do recebimento de bónus de qualquer espécie é a mesma que justifica Lexus para os deputados ou que se gaste uma verdadeira fortuna na construção e manutenção daquele gigante que é a Assembleia ou em “melhorar” os aposentos da presidência, com cadeirões de couro gigantes, que só apequenam a enti-

o ter sim, mas no privado e não a partir de dividendos de um Estado com uma população que deixa morrer à fome duas crianças com menos de cinco anos a cada hora, 46 crianças mortas todos os dias. Num estado assim, os políticos devem representar a maioria e ter direito da parte do Estado ao mesmo estatuto que essa maioria, porque o que deve ser preocupação do Estado devem ser os hospitais, as escolas e o garante de que a maioria tem condições básicas de sobrevivência, antes dos bónus dos seus representantes. Isso não seria populismo, mas um Estado ao serviço da equidade.

A propósito de equidade, na Inglaterra, a crise está a servir para rever algumas lógicas com lições importantes sobre a diminuição da desigualdade. Na semana que passou um relatório da renomada London School of Economics voltou a reforçar a ideia de um imposto pontual sobre a riqueza como uma solução melhor do que impostos generalizados que arrefecem o consumo, que nesta altura para reanimar a economia é instrumental. No Financial Times, Martin Wolf, afirmava que a doutrina que guiou economistas e corporativistas durante os últimos 50 anos e que ditava que a única responsabilidade social do negócio é o aumento dos lucros (Milton Friedman) estava errada. Um imposto aos ricos nunca seria bem visto numa sociedade capitalista, no entanto, até nas mais desenvolvidas em cenário de crise profunda os pressupostos estão a ser postos em causa. Reavaliar, de modo a que os dividendos possam ser canalizados para programas de microcrédito e créditos a pequenas e médias empresas, que forcem a banca a fazer circular o dinheiro para a economia envolvendo os mais pobres e incentivando a criação de postos de trabalho. Neste momento, são precisas medidas drásticas e com benefícios directos para os mais vulneráveis, não é altura para bónus de Natal.

Um imposto aos ricos nunca seria bem visto numa sociedade capitalista, no entanto, até nas mais desenvolvidas em cenário de crise profunda os pressupostos estão a ser postos em causa.

dade que lá se senta. Isto quando a prioridade devia ter sido sempre o investimento nas pessoas para termos um país melhor para todos. Os governantes e os representantes do povo, em geral, deviam de facto representar a maioria em vez de se colocarem acima dela como prioridade e de aprovarem para si mesmos luxos e benesses que a maioria que representam não tem.

E isto não é populismo, nem ideologia comunista porque quem gosta de luxo deve trabalhar para



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Sobre

Ver tudo

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos seus amigos



11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos

Ver tudo



Edição 238 Partilhas 74 Likes 923

A edição 238 do Valor Económico alcançou cerca de 90 mil internautas só a capa registou mais de 5 mil interacções entre partilhas, reacções e comentários. Na página do Facebook do Valor Económico os internautas comentaram sobretudo a entrevista do Ministro dos Transportes Ricardo D'Abreu que afirmou que o futuro metro de superfície vai custar 24 milhões USD por Km.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Alexandra Simeão

Porque será que este projecto é tão defendido pelo governo?? Não conseguimos sequer gerir o esgoto...



Edson Macedo

Alexandra Simeão vou usar Roberto Carlos para responder-lhe. "Todo mundo sabe, só você não sabe..."



Pedro Pinheiro

Alexandra Simeão se fosse apenas este, pior que não é. Mais grave ainda é que nem para o básico dos básicos que seria o saneamento, vejo tanto entusiasmo por parte dos governantes. E saúde e educação? Melhor nem falar mesmo. Curiosamente temos o Km mais caro do Mundo, no que a rodovias concerne. Será que iremos ser recordistas no km ferroviário? M & M não tem como.



José da Silva

Alexandra Simeão Este projecto já vem 5 anos ou mais... Ai tem gato



Rita Neto

Alexandra Simeão Esgoto? Água e luz? O básico dos básicos



Lukanu Mbunga

Será que é mesmo prioridade ou só queremos fazer história? Acho que prioridade seria asfaltar as ruas da capital, principalmente na periferia.



Victória Moreira

Outra vez? Isso já não foi desembolsado no tempo do ZEDU, onde foi a massa?



Marcia Micaela Lopes

Com tanta pobreza no país vocês querem brincar com dinheiro? Não precisamos de metro nós precisamos de educação, saúde, habitação e empregos, se vocês quiserem andar de metro façam isso no exterior porque viajar pra vocês nunca será um problema



Victória Moreira

Investimento em estradas para escoamento dos produtos do campo para as cidades. Aqui não há energia, e assim fica como? Como vão andar essas máquinas? Carroça aprender dos bois. Isso é mesma coisa ter um lexus e viver numa casa de chapa.



Victor Cruz Lopes

Victória Moreira bem conseguem tapar buracos...

Primeiro satélite, agora Metro de superfície. Quando é que esse governo vai começar a investir onde realmente importa? Na fome por exemplo??



Victor Cruz Lopes

Neste momento para nós é que é muito importante e o metro de superfície. E só microcefalias nesta terra



Romeu Catema

No tempo do outro qual era orçamento mesmo?



Moises Calubeto Calubeto

Não se combate à pobreza e a corrupção sem ideias querem ter metros sem antes terem boa energia. Saneamento? se os comboios andam à rasca imaginem um metro? Deixam-me a minha parte que procuro um país a sério para viver



Pinto Jivensy

É triste, quanto custa km deste em países vizinhos? Porque isso é uma palhaçada, contratos absurdos



Anselmo Freitas

10 Km vai custar 240 milhões, é melhor desistirem. Deixem isso para os privados.



Luis Coelho

Anselmo Freitas Que privados você acha que os privados vão investir?

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**

Covid-19



DO BRASIL E DA ARGENTINA

China suspende importações de carnes

A China anunciou a suspensão temporária das importações de carne de duas empresas brasileiras e uma argentina, após ter detectado vestígios do novo coronavírus nas embalagens de produtos congelados.

A Administração Geral das Alfândegas do país asiático informou que vai suspender as compras feitas às empresas brasileiras Naturafrig Alimentos e Plena Alimentos, por uma semana, após encontrar vestígios de covid-19 em embalagens de carne bovina desossada congelada.

Em comunicado, o governo da cidade de Tongzhou, na província de Jiangsu, informou ter detectado o vírus na encomenda. A produção das embalagens data de entre 27 e 31 de Julho deste ano.

Esta não é a primeira vez que a China encontra vestígios do vírus em embalagens de alimentos congelados importados do Brasil.

MAIS DE 64 MIL VÍTIMAS

Itália é o país europeu com mais mortes

A Itália tornou-se no país europeu com mais mortes associadas à covid-19, ultrapassando o Reino Unido ao ultrapassar as 64 mil mortes, depois de as autoridades italianas anunciarem mais 649 vítimas no dia 12.

De acordo com os dados avançados no sábado pelo ministério da Saúde italiano, foram notificados também 19.903 novos casos de contágio pelo vírus SARS-CoV-2, quando já se registaram mais de 1,8 milhões de infecções.

As 649 mortes hoje confirmadas representam ainda assim uma descida face aos números de sexta-feira, em que se registaram 761 mortes associadas à covid-19, ou de quinta-feira, quando o total de óbitos ascendeu a 887.

Com este registo, a Itália regressa ao topo dos países europeus mais atingidos pela pandemia, depois de já ter sido o país da Europa mais afectado pela primeira vaga da doença em Fevereiro, Março e Abril.

É agora o quinto país do mundo com mais vítimas.

Os Estados Unidos são o país com mais mortos (295.539) e também com mais casos de infecção confirmados (mais de 15,8 milhões).



EM FRANÇA

Autoridades param festa ilegal com 500 pessoas

As autoridades francesas encerraram uma festa ilegal em Marselha com cerca de 500 pessoas, a maioria delas sem máscaras de protecção, enquanto o país está sob confinamento devido à pandemia da covid-19.

De acordo com a prefeitura de polícia do departamento de Bouches-du-Rhône, em Marselha, os participantes foram despejados da festa, que terá durado várias horas, registando-se também a emissão de multas de 135 euros por quebra das medidas de confinamento em vigor e a apreensão de bebidas alcoólicas e drogas. “Está em curso uma investigação para identificar os proprietários e organizadores que terão de responder pelas acções”, referiram as autoridades

numa mensagem publicada no Twitter. Segundo o jornal regional La Provence, que deu a notícia, a entrada para o evento custou 150 euros para duas pessoas, com uma garrafa de álcool incluída no preço.

Sob anonimato, o proprietário do espaço falou à comunicação social francesa para esclarecer que tinha pedido aos inquilinos para não organizarem festas. “Eles correram o risco, mas não sei se vão pagar”, disse.

As festas clandestinas multiplicaram-se em França durante este segundo confinamento, que entrou em vigor em 30 de Outubro e será substituído na próxima terça-feira por um recolher obrigatório nocturno entre as 20 e as 6 horas da manhã.



PARA RECEBER VACINAS

Governo prepara condições logísticas

As autoridades sanitárias vão formar técnicos e congregar meios logísticos para receber as primeiras vacinas contra a covid-19 no início do próximo ano.

O secretário de Estado para a Saúde Pública, Franco Mufinda, adiantou que as vacinas vão ser dadas em unidades sanitárias indicadas pelo Ministério da Saúde.

Segundo a prioridade definida pelo ministério, na primeira fase serão vacinados os grupos de risco (profissionais de saúde e outros, hipertensos, drepanocíticos, obesos, diabéticos, doentes oncológicos e renais, seropositivos e idosos).

Franco Mufinda apelou à população para que “não se deixe enganar por redes de vacinas falsas”.

A SUÉCIA FALHOU na sua estratégia de protecção dos idosos da pandemia de covid-19, segundo um relatório da comissão independente criada em Julho para avaliar as decisões do país



ESTA SEMANA

Primeiras doses de vacina chegam aos Estados Unidos

As autoridades norte-americanas anunciaram que a primeira vacina contra a covid-19 vai começar a chegar aos estados esta segunda-feira.

De acordo com o general do Exército Gustave F. Perna, as empresas de transporte UPS e FedEx vão entregar a vacina da Pfizer a cerca de 150 locais, sendo que outros 450 receberão a vacina na terça e quarta-feira.

Gustave Perna, que está responsável pela Operação Warp Speed, o programa de desenvolvimento de vacinas da administração Trump, afirmou que foi programado que a vacina chegasse na segunda-feira de manhã para que os profissionais de saúde as recebessem e começassem a administrar.

Na sexta-feira passada, os Estados Unidos deram luz verde à primeira vacina contra a covid-19, a vacina da Pfizer e da BioNTech, e

as primeiras doses serão para profissionais de saúde e residentes em lares de idosos.

Apesar de a decisão da Administração de Alimentos e Medicamentos (FDA, em inglês) ter chegado pouco depois da revisão pública dos dados de um estudo ainda em curso, foi alvo de pressões políticas por parte da administração Trump, que acusou a agência de ser muito lenta, ameaçando até demitir o director da FDA, Stephen Hahn, se a vacina não fosse aprovada até sexta-feira.

A decisão lança agora aquela que será a maior campanha de vacinação na história dos Estados Unidos, mas tem também ramificações globais por ser um modelo para muitos outros países, dando “esperança às pessoas nesta situação em que a pandemia está fora de controlo”, declarou à Associated Press o director executivo da BioNTech, Ugur Sahin.

A PENSAR NOS NEGÓCIOS

Brussels Airlines retoma voos em Fevereiro

A companhia aérea da Bélgica, Brussels Airlines, retoma, em Fevereiro, os voos para Luanda, como parte dos esforços de Bruxelas para impulsionar o comércio bilateral, em 2019 situado em 900 milhões de euros.

O anúncio foi feito ontem, em Luanda, pelo embaixador da Bélgica, Josef Smets, num encontro com o ministro da Indústria e Comércio, Victor Fernandes, insistindo em que a retoma dos voos eleva as trocas no ano passado favoráveis a Angola, que exportou para o país europeu bens cifrados em 500 milhões de euros e importou o equivalente a 400 milhões.

Angola exporta principalmente diamantes para a Bélgica, importando químicos e equipamento de transporte, com as perspectivas a apontarem para que as trocas aumentem em 2021, em resultado do reforço das operações de investidores belgas nos diamantes e a entrada de outros no sector portuário.

Em 2021, avançou o diplomata, vão ser desembolsados os primeiros investimentos belgas nos portos do Soyo (Zaire) e Cabinda, para aumentar a capacidade operacional e as receitas das duas unidades. Impulsionar na criação de uma bolsa de diamantes, consta do programa de investimento belga.



PRIMEIRA TRANCHE

Angola espera 5 milhões de vacinas em Fevereiro

Angola deve receber a primeira tranche de cinco milhões de vacinas contra a covid-19 em Fevereiro de 2021, e espera mais sete milhões até Abril.

O anúncio foi feito pela ministra da Saúde, Silvia Lutucuta, que acredita que, “até Fevereiro, tenhamos a oportunidade de receber a primeira tranche de cinco milhões e o que está programado é até Abril receber as restantes”, de um total de 12 milhões, salientou, após o balanço epidemiológico diário relativo à covid-19.

Silvia Lutucuta frisou que a vacinação terá regras mais específicas: Serão vacinados, primeiro, os profissionais de saúde e as pessoas de risco, com idades avançadas ou comorbilidades.

O plano de vacinação será partilhado, “em tempo oportuno”, com a população, acrescentou.

A ministra explicou que uma campanha de vacinação desta dimensão “tem uma abrangência multisectorial”, pelo que o Governo está a trabalhar para a definição de vários aspectos, entre os quais a cadeia de frio para a conservação das vacinas.

Marcas & Estilos



Objectos de valor

Esta bolsa para gadgets de couro da Travel é feita à mão e pode servir para objectos electrónicos e de viagens para homens. Inclui um stock de objectos de valor, com bolsos ocultos, um porta-lápis e sete encaixes elásticos de tamanhos diferentes.



Luz e brilho em casa

Esta cabeça de veado é uma lâmpada decorativa da Popup Lighting, feita de alumínio dobrado e aço. Quando desligada, mede 39 centímetros. Quando as luzes estão acesas, passa a medir 75 centímetros de luz e brilho.



AUTOMÓVEL

Toda a diferença

Se vai pegar a estrada, leve na bagagem mais segurança com essa funcionalidade do Cruze LTZ. Os faróis auto adaptativos identificam quando um veículo vem no sentido contrário ao seu e diminui automaticamente a iluminação do farol, evitando que ofusque a visão do outro condutor.

Para explorar, precisa de estar sempre conectado. Com o Chevrolet MyLink, que possui integração completa com Android Auto e Apple CarPlay, poderá conversar por mensagens, escolher rotas e até aceder às playlists favoritas usando apenas a voz.

O motor turbo foi pensado para entregar mais força sem deixar a economia de lado. Basta acelerar este Chevrolet para sentir toda a diferença que a potência dos 153 cavalos e a eficiência do sistema Stop/Start são capazes de oferecer.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 21 DEZEMBRO

A galeria ELA - Espaço Luanda Arte participa na feira internacional de arte online. A galeria apresenta uma exposição individual do artista angolano Francisco Vidal. A mostra é uma homenagem do pintor à cineasta africana Sarah Maldoror.

16 DE DEZEMBRO

A Fundação Arte e Cultura lança uma Antologia Poética 'Geração Poema', no Wyza Anfiteatro, na Ilha de Luanda, a partir das 16 horas. A Antologia conta com a participação de 27 poetas, com destaque para Lopito Feijó, José Luís Mendonça, Amélia da Lomba, Marta Santos, Ngonguita Diogo e o falecido António Gonçalves da antiga geração.

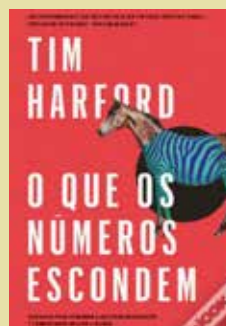
24 DE DEZEMBRO

Concerto de Natal no Zap Viva com alguns artistas destacados do mercado musical. A partir das 21 horas.

LIVROS



NUMA QUINTA DO ILLINOIS, nos anos 1920, um homem é morto e, ao mesmo tempo, rompe-se a fraca amizade entre dois rapazes solitários. Nunca mais falarão. Uma reconstrução devastadora dos eventos e a expiação do remorso de uma vida inteira são revelados nas palavras não ditas do narrador.



E SE ALGUÉM LHE DISSESSE que existe uma ferramenta que lhe permitiria ver o invisível? Poderia usá-la quando lê as notícias, para distinguir o que é importante do que é acessório, para perceber o seu lugar no mundo e na História, entender de onde viemos e para onde poderemos estar a caminhar.



TURISMO

De mais para os olhos

Como sabe, o Qatar será o país que vai sediar o Mundial de futebol de 2022. Doha, a capital e a cidade mais populosa do país, está localizada às margens do Golfo Pérsico, na costa leste dos Emirados Árabes, no Médio Oriente. Fazendo parte de um dos países mais ricos do mundo, devido à exportação do petróleo, é em Doha que estão as principais empresas do mineral de todo o país.

Sendo um país de maioria islâmica, as restrições são altamente rigorosas, até mesmo com os turistas. Por exemplo, homens locais devem vestir um traje típico, com uma túnica branca, turbante e chinelo, já as mulheres devem estar sempre vestidas com burcas pretas cobrindo da cabeça aos pés. Os homens (apenas eles) são polígamos, e estão sempre acompanhados pelas esposas. Os muçulmanos também devem atender a cinco chamados de oração por dia, muitas vezes são realizados livremente. Além de toda essa cultura, Doha também oferece uma grande variedade de comidas deliciosas, praias lindas, dunas de areia, sol e calor praticamente o ano inteiro.

Ambiente

SG LAMENTA QUE PAÍSES “AINDA NÃO ESTEJAM A IR NA DIRECÇÃO CERTA”

ONU pede emergência climática em todo o mundo

CIMEIRA DA AMBIÇÃO CLIMÁTICA. Para o secretário-geral da ONU, sector da banca tem de dar o exemplo e investir menos em sectores poluentes e apoiar energias e indústrias mais limpas.

O secretário-geral das Nações Unidas pediu, no sábado, 12, a todos os líderes mundiais que declarem estado de emergência nos seus países até que consigam atingir a neutralidade carbónica.

Na abertura da Cimeira da Ambição Climática, organizada em parceria pela ONU, Reino Unido, França e Itália, António Guterres reiterou que o mundo “ainda não está a ir na direcção certa” para travar as alterações climáticas e que poderá estar a caminho de “um aumento de temperatura catastrófico de mais de três graus neste século”.

“Apelo a todos os líderes mundiais para declararem estado de emergência climática nos seus países até que se atinja a neutralidade nas emissões de dióxido de carbono. Já houve 38 países que o fizeram. Imploro a todos os outros que os sigam”, declarou numa ligação vídeo a partir da sede da organização, em Nova Iorque.

O objectivo das Nações Unidas para o próximo ano será conseguir “uma coligação alargada” com o objectivo de conseguir a neutralidade carbónica a meio do século.

Aos países subscritores do Acordo de Paris para combate às alterações climáticas, pediu que tenham “metas claras de curto prazo” que se reflectam nas contribuições determinadas nacionalmente que estão obrigados a apresentar a tempo da próxima conferência das partes do acordo, prevista para o próximo ano na cidade esco-



A temperatura média mundial está 1,2 graus centígrados mais quente do que na era pré-industrial.

cesa de Glasgow.

Os compromissos assumidos em Paris em 2015 “estão longe de ser suficientes e mesmo esses não estão a ser cumpridos”, alertou, questionando se alguém ainda pode pôr em causa que o mundo enfrenta “uma emergência dramática”.

“Precisamos de contribuições significativas agora”, exigiu Guterres, pedindo que o objectivo de curto prazo seja “reduzir as emissões globais em 45% até 2030”.

António Guterres salientou que os níveis de dióxido de carbono estão em níveis recorde e que actualmente, a temperatura média mundial está 1,2 graus centígrados mais quente

do que na era pré-industrial, mas que os esforços para manter o aquecimento global nos 1,5 graus não estão “condenados a falhar”.

No entanto, considerou que “é inaceitável” que os países do grupo das 20 maiores economias estejam a gastar nos pacotes de estímulo à recuperação económica pós-pandemia “mais 50% em sectores ligados à produção de combustíveis fósseis do que em produção de energia de baixas emissões carbónicas”.

“Os biliões de dólares precisos para a recuperação pós-covid-19 são dinheiro que estamos a pedir emprestado às gerações futuras”, declarou, considerando que é “um teste

de dar o contributo e mudar a maneira de operarem, defendeu, e o sector da banca tem de dar o exemplo e investir menos em sectores poluentes e apoiar energias e indústrias mais limpas. “A tecnologia está do nosso lado e as energias renováveis estão mais baratas a cada dia que passa”, declarou ainda.

● EUA DE REGRESSO AO ACORDO DE PARIS

O presidente eleito norte-americano, Joe Biden, reiterou no sábado que os Estados Unidos regressarão ao Acordo de Paris no dia em que assumir o cargo, comprometendo-se a convocar uma cimeira internacional no prazo de 100 dias.

O compromisso dos Estados Unidos sob a sua administração será neutro em emissões de gases com efeito de estufa até 2050, referiu Joe Biden, que sucede ao negacionista das alterações climáticas Donald Trump, que retirou o país do Acordo de Paris.

Os objectivos do Acordo de Paris fixados em 2015 vão ser confirmados em 2021 na conferência das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as alterações climáticas, quando se espera que os cerca de 200 países signatários apresentem novas contribuições determinadas nacionalmente e metas concretas de neutralidade carbónica.

O objectivo último do Acordo é conseguir limitar o aquecimento global até ao fim do século, impedindo que ultrapasse os dois graus centígrados acima da temperatura média da era pré-industrial, mas mantendo-o idealmente nos 1,5 graus.

MEMORIZE

● **20 maiores economias** estão a gastar nos pacotes de estímulo à recuperação económica pós-pandemia “mais 50% em sectores ligados à produção de combustíveis fósseis do que em produção de energia de baixas emissões carbónicas”.

moral” optar por políticas que não sobrecarreguem as gerações futuras com uma montanha de dívidas num planeta destruído”.

Sectores como a aviação e o transporte marítimo precisam

NÚMEROS DA SEMANA

42

Projectos de investigação científica financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) desde 2019, segundo o Governo.

39

Activos já vendidos pela Sonangol em Angola e no estrangeiro e que renderam cerca de 60 milhões de dólares, segundo o PCA da estatal, Sebastião Gaspar Martins.

261

Mil Barris a serem cortados diariamente na produção petrolífera angolana, em 2021, segundo uma tabela da OPEP de ajustes.

20

Aquisições de bens e serviços desde 2018 realizadas pelo Sistema Nacional de Contratação Pública Electrónica (SNCPE).

**Inadec
restitui
mais
de 583
milhões kz**

O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec) arrecadou para os cofres do Estado, de Janeiro a Dezembro, 117,194 milhões de kwanzas, 76,068 milhões dos quais via repartições fiscais e ‘front-office’ e 41,125 milhões, via portal de serviços. No entanto, a restituição de bens aos consumidores lesados, incluindo imóveis e viaturas, superou o encaixe, cifrando-se em 583,617 milhões de kwanzas. No mesmo período, o Inadec, dirigido pelo jurista Diógenes de Oliveira, procedeu à inutilização de mais de 500 toneladas de produtos impróprios para o consumo humano. O instituto realizou ainda 4.416 visitas e identificou 3.216 infracções, além de ter efectuado 290 apreensões. Segundo o balanço do Inadec, no período, houve 78 suspensões temporárias de actividade, 153 inutilizações, 675 mandados emitidos, 615 autos levantados e 1.651 notificações, além de 2.149 aconselhamentos. O Inadec recebeu, no mesmo período, 6.758 reclamações.



Inflação sobe 1,99% e bate máximos de três anos

Entre Outubro e Novembro, os preços no país aumentaram 1,99%, revela o relatório mensal do Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgado nesta segunda-feira, 14, e que coloca a inflação acumulada, a 12 meses, no valor mais alto desde Novembro de 2017.

‘Alimentação e bebidas não alcoólicas’ foi a classe que registou o maior aumento dos preços, com 2,33%, seguida pela ‘Saúde’, com 2,08%, ‘Vestuário e calçado’, com 2,06%, e ‘Hotéis, cafés e restaurantes’, com 2,00%, de acordo com o Índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCN).

O INE indica ainda que a classe ‘Alimentação e bebidas

não alcoólicas’ também “contribuiu para o aumento do nível geral dos preços”, sendo responsável por 1,13 pontos percentuais do aumento de 1,99% em Novembro.

O valor registado em Novembro deste ano representa um aumento de 0,18 pontos percentuais e, em termos homólogos, de 0,46 pontos percentuais, face aos 1,53% registados no mesmo período do ano passado.

No acumulado dos últimos 12 meses, o país soma um aumento de 24,9% dos preços no consumidor, um valor que ultrapassa os 24,7% entre Dezembro de 2016 e Novembro 2017 – o valor mais alto

deste indicador nos últimos três anos.

Já desde o início do ano, a inflação em Angola soma 22,57%, valor semelhante ao registado nos primeiros 11 meses de 2017, quando alcançou os 22,21%. Em relação a 2019, isto representa um aumento de 7,86 pontos percentuais face aos 14,71% então registados.

O INE reporta também que as províncias que registaram maior aumento foram a Lunda-Norte (2,49%), Luanda (2,14 %), Moxico (1,89%) e Bié (1,88%), enquanto a menor variação se verificou no Zaire (1,57%), Cabinda (1,54%), Namibe (1,52%) e Lunda-Sul (1,41%).

APROVAÇÃO DO OGE

Parlamento mantém subsídios aos combustíveis

A Assembleia Nacional aprovou, nesta segunda-feira, o OGE-2021, e recomendou, no domínio do planeamento e finanças, a manutenção dos subsídios para a energia e combustíveis, de modo a “evitar o aumento dos preços e custos das actividades marítimas, portuária, pesqueira, agrícola e conexas”. Os parlamentares entendem que, desta forma,

também se estará a “incentivar o empresariado nacional”.

O Parlamento recomendou também ao Executivo o acompanhamento da evolução do preço do barril do petróleo no mercado internacional, para, havendo “uma alteração acentuada”, propor uma revisão orçamental.

O Governo pondera já, há alguns anos, a retirada do subsídio aos combustíveis, que custam à petrolífera estatal cerca de 1,6 mil milhões de euros anuais, segundo informou, em Setembro, o presidente do conselho de

administração da Sonangol, Gaspar Martins.

Noutra esfera, os deputados recomendaram que, a partir de 2021, todas as receitas resultantes de pagamentos efectuados nas missões diplomáticas, consulares e representações comerciais, incluindo as provenientes da devolução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), quando existirem, passem a constar das receitas por natureza económica da unidade orçamental Ministério das Relações Exteriores.